

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006770-21.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Alessandra Cristina Alves Moura**
 Requerido: **Unimed Abc e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.****ALESSANDRA CRISTINA ALVES MOURA**

ajuizou a presente ação de **INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL** em face de **MATERNIDADE DONA FRANCISCA CINTRA SILVA** e **UNIMED ABC**, todas devidamente qualificadas.

Aduz a autora que na data de 13/04/2015 dirigiu-se à instituição hospitalar, primeira requerida, pois estava grávida contando nove meses de gestação e sentindo contrações. Ali teve de aguardar o preenchimento de formulário e liberações da segunda ré. Ao sentir que o bebê estava prestes a nascer pediu ajuda a uma enfermeira que aguardava na recepção, o que lhe foi negado. Acabou dando à luz na recepção da instituição, sendo o cordão umbilical cortado por uma enfermeira que se encontrava no local. Requereu a declaração de responsabilidade solidária de ambas as partes requeridas, a condenação das mesmas ao pagamento de danos morais e a inversão do ônus da prova.

Devidamente citada a Maternidade Dona Francisca Cintra Silva apresentou contestação alegando que não houve negligência de seus prepostos, pois no parto foi utilizado um biombo e a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

requerente foi sendo assistida por uma médica e por um corpo de enfermeiros. Também foi pedido as três pessoas que estavam na recepção para que se retirassem devido à ocorrência do parto no recinto. No mais rebateu a inicial e requereu pela improcedência total do feito.

Devidamente citada a segunda requerida Unimed do ABC – Cooperativa de Trabalho Médico apresentou contestação alegando que a autora é beneficiária do plano de assistência médico-hospitalar coletivo empresarial entre a empregadora SUPPORT CARGO LTDA que não abrange atendimentos nesta cidade de São Carlos/SP, pois a sua cobertura se limita a região do ABC paulista. Assim, não deve integrar a lide já que os supostos danos suportados pela requerente ocorreram no nosocômio, não havendo que se falar em indenização. No mais rebateu a exordial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 173/176.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 177. A autora se manifestou à fls. 178 e as requeridas manifestaram interesse em prova pericial, oitiva de testemunhas, depoimento pessoal da requerente e ofícios às fls. 183/185.

A preliminar de ilegitimidade passiva lançada pela corré Unimed ABC foi afastada pela decisão de fls. 186. Na oportunidade foi deferida a perícia médica. O laudo foi encartado a fls. 280/288 e as partes se manifestaram às fls. 291/293 e 296/297.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 305/307, 308/310 e 311/313.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o RELATÓRIO.

DECIDO.

Sabe-se que há uma relação de parceria entre as cooperativas UNIMED, em virtude da qual os usuários de uma determinada integrante do grupo podem se valer dos serviços de outra, **quando estão em trânsito pelo território nacional.**

A autora deu entrada no nosocômio para atendimento de urgência. Tinha é certo convênio com a UNIMED ABC.

Ocorre que sua internação foi admitida pelo congênere local. Ou seja, não há divergência sobre a concordância da utilização dos serviços da UNIMED SÃO CARLOS.

E, segundo a Súmula 99 do Eg. Tribunal de Justiça que dispõe: “Não havendo na área do contrato de plano de saúde, atendimento especializado que o caso requer, e existindo urgência, há responsabilidade solidária no atendimento ao conveniado entre as cooperativas de trabalho médico da mesma operadora, ainda que situadas em bases geográficas distintas”.

A contestante **UNIMED ABC** admite ter prestado o serviço médico à autora por meio do intercâmbio com a UNIMED local; apenas nega que teria havido demora no trâmite de internação por conta de entraves burocráticos colocados por seu preposto.

Na medida em que aceitou a internação e concordou com a prestação dos serviços, agiu como se fosse a UNIMED local e deve, respeitar o vínculo expresso que a UNIMED local tem com o nosocômio.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido entendeu a C. 5ª Câmara de Direito Privado do Eg. Tribunal de Justiça: “PLANO DE SAÚDE – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DEMORA NA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO – RESPONSABILIDADE DA APELANTE – A UNIMED É UM ENTE ÚNICO, QUE ATUA DE FORMA SETORIZADA E DESCENTRALIZADA POR REGIÕES, PERTENCENDO A UNIMED GUARULHOS E A CENTRAL NACIONAL UNIMED À MESMA ENTIDADE – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO” – (AP. 1038074-44.2016.8.26.0100, Rel. Des. Moreira Viegas, j. 26/10/2016).

Reconhecida a legitimidade da ré **UNIMED ABC** passo a equacionar o mérito.

Para equacionar o evento no aspecto técnico o Juízo se valeu de “expert” de sua confiança que encartou aos autos o Laudo de fls. 280 e ss.

Analisando o prontuário médico trazido ao processo o vistor concluiu em primeiro plano não ter sido colhido durante a internação o teste do “pezinho”.

Já o exame clínico do recém-nascido foi realizado por profissional da área – neonatologista – e que consta a nota de Apgar tanto no primeiro minuto após o nascimento quanto no quinto minuto (fls. 264/265 dos autos).

Muito embora o material do primeiro exame citado não tenha sido “colhido” o vistor fez questão de deixar clara a possibilidade de realização a posteriori.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O teste pode ser feito 48 horas depois do início da amamentação (mas nunca depois de 30 dias), sendo o período ideal entre o 3º e o 7º dia de vida da criança.

Tal teste, identifica doenças que se submetidas a intervenções precoces podem minar o risco de um desfecho ruim e para as quais existe tratamento disponível.

Os Hospitais/Maternidades são recomendados a realizar as coletas de amostra de sangue do calcanhar do bebê sempre na alta hospitalar.

Para que haja uma prevenção efetiva e como podem (embora não devam) ocorrer altas precoces, ou seja, antes do bebê completar as 48 horas de vida, é recomendável que as coletas devem ocorrer sempre na alta hospitalar após 48 horas do nascimento. Caso isto não ocorra deverá ser **orientada** a coleta em até 30 dias do nascimento.

No caso a mãe recebeu essa orientação.

Outrossim, a alta sem tal realização não parece ter trazido maiores consequências e certamente o teste foi concluído depois ainda no prazo de segurança.

Como já dito, a autora recebeu orientações a respeito – cf. fls. 23, parágrafo 1º.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No que diz respeito, especificamente, a autora ter “dado à luz” na recepção da maternidade, a perícia consignou, depois de detalhada revisão de literatura, **que ela se encontrava na fase expulsiva do trabalho de parto quando chegou ao hospital.**

Pelas imagens fornecidas é possível aferir que o trabalho de parto teve início **09 minutos após a entrada da autora no hospital**; já se encontrava acomodada em uma cadeira de rodas para ser levada pelos enfermeiros **ao quarto mas sem que aqueles tivessem oportunidade de concluir o traslado, o processo de nascimento teve início.**

Tal situação justificou o atendimento imediato na própria recepção da maternidade sendo a autora **acompanhada por enfermeiras e pelo médico que se fazia presente.**

A mídia que nos foi apresentada pela ré – sem impugnação, no aspecto formal, pela oponente – revela que a autora e seu esposo chegaram a recepção da maternidade no dia **13/05/2015, às 23h53**. A autora se sentou em uma cadeira e o esposo passou a confabular com a atendente/recepcionista. **Passados apenas 09 minutos, às 00h02** agora do dia 14/05 surgem nas imagens algumas enfermeiras, uma delas trazendo uma cadeira de rodas para acomodar a autora, quando os atos de expulsão da criança se iniciaram, ocorrendo o nascimento **após mais 02 minutos, ou seja, às 00h04** do dia 14/05.

Nesse contexto não consigo vislumbrar qualquer demora injustificada no atendimento – se passaram apenas 11 minutos entre a entrada da autora na recepção e o nascimento - que somente ocorreu no local referido (recepção da maternidade) por conta da própria dinâmica do trabalho voluntário do parto da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O Juízo reconhece que dar à luz em uma recepção de hospital não é uma situação adequada ou mesmo esperada pelos pais.

Ocorre que no caso a requerida e seus prepostos fizeram o possível, considerando o que tinham a disposição para dar à autora o devido atendimento e somente não conseguiram leva-la às dependências específicas por fato alheio a suas vontades.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PLEITO CONTIDO NA PORTAL.**

Ante a sucumbência, fica a autora condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono das requeridas, que fixo, por equidade, em 10% sobre o valor dado à causa. No entanto, deverá ser observado o disposto no art. 98, parágrafo 3º do CPC, tendo em vista que a autora é beneficiária da gratuidade de justiça, conforme concessão no despacho de fls. 13/14.

Publique-se e intinem-se.

São Carlos, 19 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**